

musicais kayabi.

I foresee my life é um notável enriquecimento da bibliografia sobre os povos Tupi e os rituais indígenas do Xingu, enquanto contribuição para a etnografia brasileira

L'ETOILE, Benoîte; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Ligia. (org.)
Antropologia, impérios e estados nacionais. Rio de Janeiro: Relumê
Dumará: FAPERJ, 2002.

Frank Marcon

Professor da Universidade Federal do Sergipe

Há inúmeros dilemas éticos e políticos relacionados à prática antropológica que freqüentemente nos levam à reflexão teórica e metodológica sobre a disciplina. Muito do debate que se assiste e assistiu nos últimos anos envolvem a questão, mesmo que tangencial, da influência que exerce o aparelho institucional do estado sobre o trabalho do antropólogo. Os organizadores do livro *Antropologia, impérios e estados nacionais* propõem um estudo sistematizado que não negligencie a análise sociológica sobre tais relações. Fruto de reflexões sistematicamente iniciadas há alguns anos, a obra, è em parte, o resultado das discussões de um seminário franco-brasileiro realizado em 1997 no Museu Nacional, intitulado “Ciências Sociais, Estado e Sociedade”, e, segundo os organizadores, a maioria dos capítulos publicados no livro, foram também publicados em forma de ensaio no ano de 2000, em um número especial da *Revue de Synthèse*, intitulado “*Anthropologies, États et Populations*”.

No capítulo introdutório L'Estoile, Neiburg e Sigaud alertam que a proposta é apontar para compreensão das relações entre os saberes antropológicos e a construção dos impérios e dos estados nacionais, buscando superar o lugar-comum dos rótulos de denúncia e de engajamento que recaem sobre as antropologias. De um lado, a acusa-

ção de que a disciplina esteve a serviço do colonialismo, da expansão capitalista e dos estados nacionais, e, do outro, que antropologias militantes ou engajadas estiveram ou estão a serviço de minorias. Para os organizadores do livro, afastar-se de proposições apressadas e polarizadas sobre as relações da disciplina com o estado, e de maneira mais geral sobre a relação entre “ciência” e “política”, é como apontar para os interstícios de tais relações. Em síntese, a proposta é problematizar sociologicamente, através da comparação, as noções sobre os papéis da antropologia como sustentáculo do colonialismo, no caso da política externa, e do controle e opressão das minorias, no caso das políticas internas dos estados nacionais, o que significa levar o tema a um estatuto de reflexão e trabalho empírico sérios.

Outra questão instigante, sugerida pelos autores, e que evoca a análise sobre a relação entre antropologia e estado, revela que a grande diversidade de situações empíricas observadas – da qual os trabalhos apresentados no livro são testemunhos – apontam para a relativização do caráter antagônico entre os universos da ciência e da política. Os organizadores desenvolvem a hipótese weberiana de que “os discursos acadêmicos e os debates sobre políticas estatais se desenvolvem, ao menos em parte, em um mesmo espaço social” (p. 19). Como atestam outros capítulos do livro, a antropologia contribuiu, em cada caso estudado, para a objetificação do estado, seja ele o imperial ou o nacional, através de classificações consagradoras de diferenças e igualdades, internas ou externas, entre os grupos humanos. Os antropólogos, contudo, não seriam os únicos mediadores deste processo, observam L’Estoile, Neiburg e Sigaud, podendo ser colocados ao lado de representantes de outras ciências, de diferentes grupos políticos, de diferentes organizações e profissões. Neste espaço social formado por interesses diversos, os antropólogos são também atores construindo um sentido para o estado e requerendo do mesmo a legitimidade de um saber específico sobre os grupos sociais.

Com alguma propriedade, no capítulo introdutório, os organizadores procuraram subtrair as idéias centrais de cada um dos autores dos capítulos subseqüentes, procurando articulá-las comparativamente, para mostrar que, ao mesmo tempo em que se dá, com

recorrência, a participação dos antropólogos na elaboração e implementação de políticas de estado, ela também se faz à maneira como as avaliações desse papel têm dependido historicamente de conjunturas políticas e de confrontos dentro da própria disciplina. Em sua reflexão comparativa sobre o conjunto dos casos abordados no livro, os organizadores dizem que é possível perceber que as relações entre os saberes antropológicos e os estados variam de acordo com três situações. 1º) A natureza das unidades políticas (se estado-nação ou estado imperial) nas quais tanto a antropologia se desenvolve quanto contribui para sua construção. 2º) A articulação diferenciada entre a emergência e a manutenção de tradições antropológicas nacionais específicas (contexto histórico), e a articulação internacional de teorias científicas e de modelos de gestão das populações. 3º) A posição ocupada por cada unidade política singular (estado, colônia, protetorado) no espaço internacional e as transformações, ao longo do tempo, do sistema de interdependência entre elas. (p. 22)

No segundo capítulo, escrito por Adam Kuper, o autor estuda os diferentes projetos de estado nacional para a África do Sul e sua relação com os saberes antropológicos que emergiam à visibilidade de acordo com a situação política do país; ele se refere ao surgimento e desaparecimento do *apartheid* e às forças políticas que o sustentavam; na sequência, o livro apresenta o estudo de Benoît de L'Estoile sobre o saber etnológico e a política indígena na África colonial francesa, ou as práticas de gestão para aquelas populações e sua relação com tais saberes; no seguinte, Omar Ribeiro Thomaz apresenta seu estudo sobre as características da antropologia portuguesa, sua relação com o estado e as ambiguidades de uma política e de uma antropologia colonialista que pretendia projetar o império na idéia de uma nação; no capítulo escrito por Cláudio Lomitz, a temática é a tradição nacional da antropologia mexicana, e sua institucionalização, e as diferentes orientações promovidas pelas mudanças de rumo na história política do país; na sequência, o antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima apresenta seu estudo sobre etnologia, administração e indigenismo, com a intenção de refletir sobre os usos desta noção no Brasil, desde a criação do Serviço de Proteção ao Índio, em 1910; adiante, no capítulo

escrito por Marcio Goldman e Federico Neiburg, os autores analisam, no quadro da história da antropologia nos Estados Unidos, a chamada escola de cultura e personalidade, seu desenvolvimento e as possíveis relações com o contexto histórico vivenciado pela entrada do país na Segunda Guerra Mundial; no capítulo seguinte, Florence Weber apresenta sua reflexão sobre a etnologia francesa na era Vick (1937-1945), a consolidação da disciplina e as mudanças de rumo nos estudos sobre folclore, na disputa com a história e a sociologia; na seqüência, Jorge Pantaleón propõe uma reflexão sobre as conseqüências da relação entre o antropólogo e as políticas de desenvolvimento no Brasil e na Argentina; já o capítulo de João Pacheco de Oliveira trata da relação entre o indianismo, o indigenismo e o trabalho contemporâneo do antropólogo como perito, problematizando as novas dimensões, novos interesses e novas tensões de tal atividade, na relação antropologia e estado; por fim, o capítulo de Alban Bensa concentra a sua reflexão no envolvimento que este antropólogo teve na construção do Centro Cultural Tjibaou, projeto conjunto do governo francês e do movimento nacionalista Kanak, na Nova Caledônia.

Além de uma reflexão consistente sobre a relação entre antropologia, império e estados nacionais, o exercício de comparação proposto, pela forma com que foi organizado e concebido o livro, remete o leitor ao encontro com diferentes antropologias e políticas de estado, bem como situa distintas experiências históricas com relação à disciplina. Seja sobre o México, o Brasil, a Argentina, Portugal, a França ou os Estados Unidos, os capítulos do livro tomados independentemente ou no conjunto da obra levam a possibilidades interessantes de compreensão sobre diferentes experiências. São textos que realizam recortes temporais e geográficos bastante precisos sobre as relações entre estado e antropologia.

Um livro com tamanha envergadura e com participações tão diferenciadas, traz, assim, muitas questões ao debate, que envolvem tanto estudiosos ou curiosos que se interessam pelas discussões sobre a relação entre antropologia, colonialismo e pós-colonialismo, como aqueles interessados pela história da antropologia, pelas críticas aos

estudos do caráter nacional, sobre os debates entre antropologia e identidade, ou, entre outros, sobre etnologias naciocêntricas.

Para finalizar, retorno ao propósito de apreender o conjunto do debate. Há uma proposta clara de estudo sobre as relações entre Antropologia, império e estados nacionais sendo construída pelos autores do livro. Eles evidenciam a idéia de conceber o modelo de um espaço comum onde se constituem progressivamente um conjunto de saberes e um conjunto de políticas e submete-los a uma leitura sociológica do ponto de vista histórico e comparativo. Para tanto, apontam algumas pistas, como: considerar as distinções entre antropologias imperialistas e nacionalistas, mas não como categorias exclusivas e sim como dois pólos dos quais se aproximam ou afastam configurações sociais especificamente situadas no tempo e na geografia; observar influências externas dos modelos antropológicos entre os diferentes países, bem como as especificidades internas que são sempre contextualizadas por diferentes projetos e interesses políticos, levando em consideração as múltiplas formas de interdependência entre os estados; e, ainda, considerar as categorias nativas às classificações das diferentes antropologias nacionais ou imperiais; bem como, problematizar o racionalismo e o utilitarismo da relação entre a antropologia e o estado.

Este estudo é um exemplo de análise cuidadosa e responsável sobre um tema tão caro à nossa tarefa, por transformá-la em campo do próprio “saber” antropológico. Quem sabe estejam construindo outros caminhos, não tão deterministas como muitos julgamentos éticos e políticos de episódios da história da disciplina. Leitura indispensável não só aos antropólogos, mas também aos historiadores, cientistas políticos e sociólogos que de uma forma geral estudam as relações entre ciência e política.